

## DEFESA DA MAGISTRATURA

# TJMG e Amagis levam avanços da nova LODJ para a Assembleia

Tiago Parrela



Magistrados e deputados reunidos no salão nobre da ALMG

Em mais uma iniciativa para garantir a rápida aprovação da nova LODJ, o presidente do TJMG, desembargador Joaquim Herculano, e o presidente da Amagis, Herbert Carneiro, acompanhados de uma comitiva formada por deputados e magistrados, entregaram, no dia 3 de fevereiro, ao presidente da ALMG, deputado Dinis Pinheiro, o anteprojeto com avanços e melhorias para toda a classe.

**Página 3**

## GESTÃO ITINERANTE

# Diretoria discute mudanças na Amagis Saúde com juízes

Georgia Bacvaroff



Conselho Gestor de Saúde avalia o plano durante reunião

A gestão itinerante da Amagis reuniu-se, nos dias 24 e 30 de janeiro, com juízes do Sul e da Zona da Mata, para discutir, de forma transparente e democrática, mudanças na Amagis Saúde. As reuniões são preparatórias para a Assembleia do Plano, que será realizada dia 14 de fevereiro.

**Página 20**

Comissão do TJ  
avalia pagamento  
de férias  
suspensas  
**Páginas 5**

Juízes avaliam  
Judiciário em  
pesquisa  
**Página 4**

Convênios  
antecipam  
pagamento  
de diferenças  
**Página 17**

# Atuação permanente contra desvalorização do Judiciário

HERBERT CARNEIRO\*

A mudança de ano não representa suspensão temporária de nossas atividades ou adiamento em nosso permanente compromisso com a magistratura mineira e nacional. Permanecemos atentos, vigilantes e mobilizados ante as várias tentativas de supressão de direitos e de mudanças sem o amplo debate e envolvimento da magistratura. Como já dissemos em outras vezes - e que é marca dessa gestão e das anteriores -, nada se discutirá neste Estado e no País sem a presença e posicionamento da Amagis.

Com o reinício do ano legislativo, em Minas e em Brasília, entraremos em ação em defesa de projetos que aperfeiçoam o Judiciário e contra aqueles que, intencionalmente ou não, buscam reduzir ou desconhecer a importância da magistratura, da carreira, da atividade judicante e do Judiciário.

Esse é o caso, por exemplo, da PEC 204, que é mais uma proposta feita sem o mínimo de compromisso democrático e institucional. Trata-se de iniciativa desprovida de debate maduro e que põe em risco o próprio estado de direito. De acordo com o seu texto, o Judiciário ficaria excluído do processo de escolha e indicação de advogados e integrantes do Ministério Público para as vagas destinadas ao quinto constitucional.

Pela proposta, os órgãos de representação dos membros do MP e dos advogados enviarão lista tríplice ao chefe do Poder Executivo competente, que escolherá um dos nomes para indicação ao tribunal. No modelo vigente na Constituição, os órgãos de representação elaboram lista com seis nomes, que é reduzida a uma lista tríplice pelo Tribunal e só então encaminhada ao Poder Executivo competente para a escolha definitiva.

Sob o argumento de que o atual sistema burocratiza e atrasa o processo de indicação, o autor pretende anular a intermediação do Judiciário no provimento desses cargos isolados na carreira. Ao contrário dos que ignoram o papel institucional do Judiciário, a apreciação se faz necessária ante a complexidade do processo, já que essas vagas não são providas por concurso público.

Diante das prerrogativas da magistratura, como a vitaliciedade, a mediação dos Tribunais é salutar e um recurso importante de controle em caso de vício de legalidade. Até porque elaboração de lista tríplice ou sêxtupla não implica aprovação automá-

tica. É direito e dever dos Tribunais - e até o STF já reconheceu - a aceitação ou a recusa.

Além disso, conforme já indicou o CNJ, a análise é feita de maneira transparente pelos Tribunais, em sessão pública e com voto aberto. Excluir o Judiciário, nesse caso, representa ruptura com o sistema de mútuo controle, próprio da democracia, e um desserviço ao estado de direito.

Outra PEC (44) tramita no Senado determinando que os ministros do STF sejam escolhidos pelo presidente da República após lista sêxtupla formada por dois indicados do Ministério Público Federal, dois do Conselho Nacional de Justiça, um da Câmara dos Deputados e um da Ordem dos Advogados do Brasil. De maneira desrespeitosa e discriminatória, exclui os magistrados, especialmente os juizes de carreira, de participarem da escolha e, certamente, de serem indicados.

Para recuperar os princípios da impessoalidade, qualificar e democratizar a forma de escolha dos ministros do STF, a presença e participação das Associações de magistrados são salutares e imprescindíveis.

Defendemos ainda que a Presidência da República cumpra o prazo de 20 dias, previsto no artigo 94 da Constituição Federal, para a escolha e nomeação de magistrados, sob condição de ser atribuída ao respectivo

Tribunal a competência para fazer o provimento da vaga não preenchida.

Em todos esses casos, a parceria da nova AMB com as Associações estaduais irá combater iniciativas que afetem a valorização e a responsabilidade constitucional da classe. Aqui, em Minas, convocamos todos os magistrados a acompanharem e fazerem gestões junto aos deputados estaduais de sua região pelo aperfeiçoamento e aprovação célere da nova LODJ. Simultaneamente, reafirmamos a importância da participação de cada colega na pesquisa que estamos realizando em parceria com a Escola Superior Dom Helder Câmara.

O objetivo da sondagem é conhecer o pensamento, a experiência e os anseios da magistratura na busca permanente pelo aperfeiçoamento do Judiciário a partir de um planejamento estratégico. Para isso, ninguém melhor que o juiz e a juíza, que estão na ponta do atendimento e em contato direto com o jurisdicionado. Contamos com seu apoio e participação, fundamentais na gestão integrada e compartilhada da Amagis. ●

(\*) Presidente da Amagis

**“Excluir o Judiciário representa ruptura com o sistema de mútuo controle, próprio da democracia, e desserviço ao estado de direito”**



Jornal Mensal da  
Associação dos  
Magistrados Mineiros  
**AMAGIS**

Rua Albita, 194 • Cruzeiro  
Belo Horizonte • MG  
Telefax: (31) 3079-3499  
e-mail: imprensa@amagis.com.br  
www.amagis.com.br

**ISSN - 1981-4577**  
(Decisão Impresso)  
**ISSN - 1981-4569**  
(Decisão On-line)

**Presidente:**

Desembargador Herbert  
José Almeida Carneiro

**Vice-presidente Administrativa:**  
Juíza Luzia Divina de Paula Peixoto

**Vice-presidente Financeiro:**  
Juiz Luiz Carlos Rezende e Santos

**Vice-presidente de Saúde:**  
Juiz Maurício Torres Soares

**Vice-presidente dos  
Aposentados e Pensionistas:**  
Desembargador Tibagy  
Salles Oliveira

**Vice-presidente do Interior:**  
Juíza Ivone Campos  
Guilarducci Cerqueira

**Vice-presidente  
Sócio-cultural-Esportivo:**  
Desembargador Tiago Pinto

**Diretor-Secretário:**  
Morvan Rabêlo de Rezende

**Diretora-Subsecretária:**  
Juíza Maria da Graça Rocha Santos

**Diretoras de Comunicação:**  
Juízas Aldina de Carvalho Soares  
e Rosimere das Graças do Couto

**Coordenador de Comunicação:**  
Bruno Gontijo • Mtb - MG: 11008

**Jornalistas:**  
Georgia Baçvaroff • Mtb - MG: 08441  
Adriano Boaventura • Mtb - MG: 9181  
Fernanda Marques • Mtb - MG: 12188  
Tiago Parrela • Mtb - MG: 14634

**Projeto Gráfico:**  
Agência Graffo

**Diagramação:**  
Fosfato Comunicação Digital

**Pré-impressão/Impressão:**  
Gráfica e Editora Del Rey

**Tiragem:** 2.300 exemplares

## ÍNDICE

Juízes participam da pesquisa do Judiciário **4**

- » Juízes participam da pesquisa sobre o Judiciário 04
- » Comissão do TJ recebe requerimento da Amagis 05
- » Amagis denuncia ataque e defende magistrado 06
- » Minas reafirma parceria com nova gestão da AMB 08
- » Herbert Carneiro analisa sistema prisional brasileiro 09
- » Diretoria planeja manutenção das colônias 10
- » Brasil recebe shows internacionais em 2014 11

- » Amagis se consolida como canal de comunicação da classe 13
- » Entrevista » Juíza Andréa Ferreira Camargos Faria 14
- » Museu do Futebol é atração no Gigante da Pampulha 15
- » Como aplicar em ações norte-americanas 16
- » TJMG faz convênio para adiantamento de diferenças 17
- » Cuidados com o corpo e a saúde garantem boa viagem 19
- » Assembleia do Amagis Saúde visa mudanças no plano 20

Comissão Salarial do TJ recebe requerimento sobre férias e novo subsídio **5**

**6** Amagis denuncia ataque e defende magistrado

Assembleia do Amagis Saúde visa melhorias no plano

**20**

## APERFEIÇOAMENTO DO JUDICIÁRIO

# TJMG e Amagis levam texto da nova LODJ à Assembleia

Numa reafirmação da parceria e respeito mútuo, que marcaram a elaboração da nova LODJ, o presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), desembargador Joaquim Herculano, e o presidente da Amagis, desembargador Herbert Carneiro, entregaram, no dia 3 de fevereiro, o anteprojeto de reforma da Lei de Organização e Divisão Judiciárias ao presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), deputado Dinis Pinheiro.

A permanente interlocução da Amagis com o TJMG e a Assembleia Legislativa faz parte dos esforços da diretoria da Associação em favor da importância dos avanços e melhorias das condições de trabalho no Judiciário para toda a sociedade mineira. Além do apoio dos deputados, o presidente da Amagis convocou também a participação de todos os magistrados mineiros para, juntos aos parlamentares de sua região, defender tramitação célere da matéria.

Nos últimos seis meses, com o apoio da diretoria da Amagis, Herbert Carneiro enviou esforços para que a nova LODJ garantisse avanços para a classe e, conseqüentemente, por uma Justiça cada vez mais célere e eficiente aos cidadãos.

Entre os avanços registrados, estão o pagamento de gratificação mensal pelo exercício de direção

Tiago Parrela



**Anteprojeto da LODJ foi entregue ao presidente da ALMG, Dinis Pinheiro**

do Foro, independentemente da quantidade de varas instaladas; gratificação por motivo de cooperação ou substituição em outra vara ou comarca, na forma da Resolução do Órgão Especial; pagamento equivalente a um subsídio a título de custeio de despesas de transporte e mudança, quando o magistrado for removido ou promovido para outra comarca, entre outros.

Além da diretoria, Herbert Carneiro contou com o empenho pessoal dos ex-presidentes da Amagis, desembargadores Nelson Missias de Moraes e Doorgal Andrada, e do desembargador Tiago Pinto, vice-presidente Sociocultural-Esportivo da Associação.

A última revisão da LODJ ocorreu em 2008, com base na Lei Complementar nº 105, de 14 de agosto daquele ano, sendo possível, agora, apresentar proposta de modificação. ●

## VEJA AS EMENDAS DA AMAGIS

### ✓ Acréscimo de incisos ao art. 114 da L.C. nº 59, de 2001.

“... gratificação mensal pelo trabalho como membro da turma recursal, na forma da resolução do Órgão Especial do TJMG, salvo a hipótese de dedicação exclusiva;

...gratificação por motivo de cooperação ou substituição em outra vara ou comarca, na forma da Resolução do Órgão Especial”

“... pagamento equivalente a um subsídio a título de custeio de despesas de transporte e mudança, quando o magistrado for removido ou promovido para outra comarca.”

“... O magistrado em efetivo exercício, que não dispuser de residência oficial, receberá ajuda de custo para moradia, conforme Resolução do TJMG.”

“§... permanecer de plantão, quando escalado, nos fins de semana e feriados, com direito à compensação ou indenização

a ser paga no prazo de 30 (trinta) dias após o requerimento de conversão”

“.....auxílio anual para aquisição livros jurídicos, softwares e obras publicadas em mídia impressa e eletrônica, em regime de reembolso, equivalente a 50% do valor do subsídio.”

“§ ... Pelo exercício da Direção do Foro, haverá uma gratificação mensal, destinada a todos os diretores de foro, independentemente da quantidade de varas instaladas, quando este não for afastado da função jurisdicional”

### ✓ Nova redação para o art. 112 da L.C. nº 59, de 2001.

“Art. 112. Os subsídios dos magistrados, fixados nos termos da Constituição da República, serão recompostos monetariamente, conforme determinado na Carta Magna, por ato do Órgão Especial do Tribunal de Justiça após recomposição aplicada pelo STF”

### ✓ Acréscimo de artigo.

“Art. Ao servidor público cônjuge ou companheiro de magistrado designado, removido ou promovido, será permitido acompanhar este, com lotação provisória na comarca, para o exercício de atividade compatível com o seu cargo”

### ✓ Alteração da redação do § 5º do art. 10 da L.C. nº 59, de 2001.

“§ 5º Os Juízes de Direito Substitutos, em número de duzentos e dez, terão sede nas comarcas-sede de região administrativa, que serão delimitadas por ato do Órgão Especial, no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da promulgação da presente lei, até o limite de um terço dos que compõem a sede, cabendo-lhes substituir os titulares das comarcas integrantes da região administrativa, quando em férias, licença ou afastamentos, com competência plena. ●

AMAGIS E DOM HELDER

# Juízes participam da pesquisa sobre o Judiciário

Bruno Gontijo

**O formulário do diagnóstico foi enviado ao e-mail dos magistrados**

Já está em andamento a pesquisa sobre o Judiciário na ótica da magistratura, realizada pela Amagis em parceria com a Escola Superior Dom Helder Câmara. O objetivo é diagnosticar a experiência e os anseios da classe na busca permanente pelo aperfeiçoamento do Justica, possibilitando a elaboração de um planejamento estratégico.

No dia 31 de janeiro, magistrados de todo o Estado receberam um e-mail enviado pela Dom Helder, com o assunto "Diagnóstico do Judiciário Mineiro - Centro de Pesquisa Domtotal", no qual há a opção "clique aqui e comece a pesquisa online", que direcionará o internauta para os formulários da pesquisa. É necessário responder a todas as perguntas de

cada página para poder avançar até o fim do questionário.

O estudo aborda temas como orçamento, eleição direta para o TJMG, segurança nas unidades judiciárias, celeridade da Justiça e aperfeiçoamento na carreira.

Na carta enviada no e-mail, o presidente da Amagis, Herbert Carneiro, destaca que, mais do que identificar e reafirmar situações recorrentes e conhecidas, a pesquisa possibilita a participação de cada um dos magistrados na construção coletiva do futuro do Judiciário.

O magistrado que não tiver recebido a pesquisa, ou tenha alguma dúvida, pode enviar um e-mail para [extensao@domhelder.edu.br](mailto:extensao@domhelder.edu.br) ou ligar para (31) 2125-8815. ●

DEMOCRATIZAÇÃO

# TJSP empossa presidente após ampliação de elegibilidade

A posse do desembargador José Renato Nalini com presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP), no dia 2 de janeiro, representou um importante passo na luta pela democratização do Judiciário. A votação que elegeu Nalini, no dia 4 de dezembro, foi a primeira na qual todos os desembargadores do Tribunal paulista puderam se candidatar à presidência da casa.

Em entrevista ao site Consultor Jurídico, Nalini, que foi corregedor-geral de Justiça durante a gestão do antecessor (Ivan Sartori), revelou que percorreu o estado, durante dois anos, visitando as comarcas do interior.

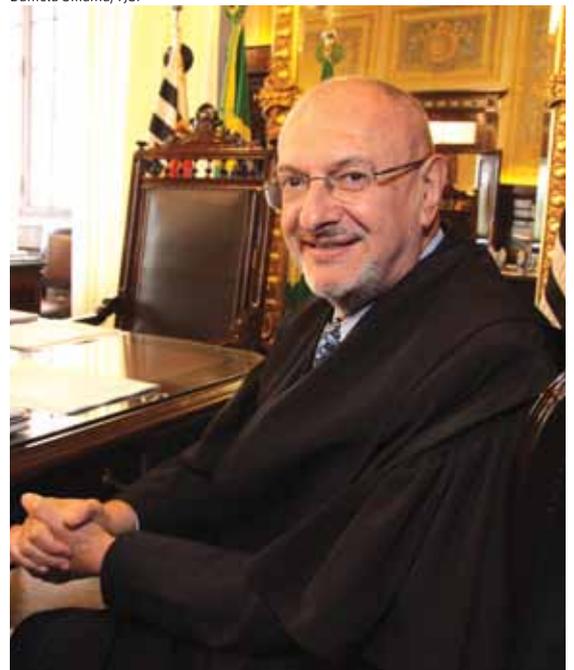
De acordo com ele, o conhecimento adquirido o leva a defender a instalação de câmaras extraordinárias no interior de São Paulo. Para Nalini, fazer esse planejamento está mais simples, pois é possível fazer um levantamento do número de demandas por região e verificar se isso justifica a descentralização.

O novo presidente também defendeu a busca de auxílio para capacitação, infraestrutura de informática e de recursos com organismos internacionais, como o Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento e Fundação Ford, entre outros, para fazer

frente ao déficit orçamentário. Nalini disse ainda que pretende convencer o governo paulista e os deputados sobre o artigo 99 da Constituição, referente à autonomia financeira e administrativa da Justiça e que lutará para garantir ao TJSP o repasse dos emolumentos extrajudiciais.

Outro objetivo do magistrado é incentivar a sociedade a se interessar pelo Judiciário. E para isso, conta com um convênio de cooperação com a Escola de Matemática Aplicada da Fundação Getúlio Vargas, do Rio de Janeiro. Na avaliação dele, o Tribunal terá subsídios para o planejamento de novas estruturas. ●

Daniela Smania/TJSP

**José Renato Nalini, novo presidente do TJSP**

## DIREITOS TRABALHISTAS

# Comissão Salarial do TJ recebe requerimento sobre férias e novo subsídio

Um dia após ter recebido do presidente da Amagis, Herbert Carneiro, os requerimentos para o pagamento de férias suspensas de 2013 e do novo subsídio aos magistrados mineiros, o desembargador Almeida Melo, no exercício da presidência do TJMG, informou ao final da primeira sessão do ano do Órgão Especial, no dia 8 de janeiro, que encaminhou os documentos à Comissão Salarial do Tribunal de Justiça.

A recomposição do subsídio, devida aos magistrados mineiros de acordo com a Lei 20.642/2013, e a indenização de férias não gozadas referentes ao primeiro e segundo semestres de 2013 foram reivindicadas pela Amagis, com base na mesma decisão, que garantiu, no final do ano passado, o pagamento do mesmo direito relativo a 2012. Ao autorizar o pagamento, o Tribunal acolheu parecer da Comissão Salarial da instituição, cujo relator foi o desembargador Carlos Augusto de Barros Levenhagen, que concluiu pela regularidade da indenização das férias suspensas, nos termos da Resolução 133 do CNJ.

Mantendo a boa interlocução com a Associação, o desembargador Almeida Melo, em seu último ato no exercício da presidência do Tribunal, foi recebido pela diretoria da Amagis na sede da Associação, no dia 10 de janeiro, em

uma visita de cortesia, quando foram tratados assuntos de interesse da classe. Na ocasião, o desembargador agradeceu a parceira da Amagis durante o período em que esteve à frente do TJMG.

## IR SOBRE FÉRIAS

Ainda no dia 10 de janeiro, o Tribunal de Justiça indeferiu recurso do Estado de Minas Gerais que pretendia a suspensão dos efeitos da tutela antecipada da decisão que suspendeu o desconto de imposto de renda sobre o terço constitucional de férias dos magistrados mineiros.

De acordo com a decisão, inexistem plausibilidade do direito invocado pelo Estado e a demonstração da potencialidade lesiva do ato combatido. A sentença sustenta que “de igual modo, a grave lesão às finanças públicas não ficou evidenciada, como quer ver reconhecida o Estado de Minas Gerais, pois, além da falta de plausibilidade do direito invocado pelo requerente, a decisão que visa suspender é limitada à magistratura e ao terço de férias”.

A decisão de primeira instância é do juiz da 2ª Vara de Feitos Tributários da Comarca de Belo Horizonte, Agnaldo Rodrigues Pereira, que, no dia 9 de outubro passado, determinou a suspensão do desconto de imposto de renda sobre o terço constitucional de férias até o julgamento final da lide. ●

Adriano Boaventura



Herbert Carneiro entrega requerimentos da Amagis a Almeida Melo

## DIÁRIO DO EXECUTIVO

### Governo do Estado

Governador: ANTONIO AUGUSTO JUNHO ANASTASIA

#### Leis e Decretos

LEI Nº 20.642, DE 11 DE ABRIL DE 2013.

Fixa os valores do subsídio mensal dos membros do Poder Judiciário do Estado para os exercícios de 2013, 2014 e 2015.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MINAS GERAIS,  
O Povo do Estado de Minas Gerais, por seus representantes, decretou e eu, em seu nome,  
promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º O subsídio mensal do Desembargador do Tribunal de Justiça, previsto na Lei nº



## PRERROGATIVAS

# Amagis denuncia ataque e defende magistrado

Após posicionamento da Amagis, as imprensas estadual e regional repercutiram nota da Associação, no dia 13 de janeiro, para denunciar e contestar ataque ao estado de direito na Comarca de Buritis, onde o juiz Dalmo Luiz Silva Bueno sofreu ameaças feitas por um detento. “De dentro da própria cadeia, o homem, acusado de agressão a mulheres, se utiliza de parceiros e das liberalidades das redes sociais para caluniar e difamar a honra do isento, correto e íntegro juiz Dalmo Luiz Silva Bueno, desta Comarca. Em toda sua atuação e trajetória judicante, o magistrado sempre julgou corretamente, respeitando o amplo direito de defesa, além de ser cumpridor das leis e da Constituição”, sustentou a nota.

O caso foi denunciado pela Amagis, que adiantou que todas as providências cabíveis serão tomadas para defender a independência de julgar do magistrado, bem como sua segurança e a de seus familiares, além de garantir o estado de direito em Buritis e região. No texto, o presidente da Amagis, Herbert Carneiro ressaltou que, aos insatisfeitos com as decisões judiciais, é facultado o direito de recorrer a instâncias superiores.

O caso repercutiu na imprensa da capital e daquela região. Jornais impressos como Estado de Minas, Hoje em Dia, O Tempo, portais de notícias e rádios do interior falaram sobre o caso e ouviram o magistrado. Veja mais no suplemento do DECISÃO, ‘Amagis na Imprensa’.

Amagis



**Denúncia da Associação repercutiu em toda Minas Gerais**

TJMG

## Órgão Especial inicia ano com julgamentos administrativos

Georgia Baçvaroff



**Joaquim Herculano volta a presidir sessão do Órgão Especial**

O Órgão Especial do Tribunal de Justiça de Minas Gerais realizou sua primeira sessão do ano de 2014 no dia 8 de janeiro. A sessão foi conduzida pelo desembargador Almeida Melo, então presidente interino do Tribunal. Entre as decisões, os membros adiaram o julgamento de processo administrativo de interesse de magistrado.

Já na sessão do dia 22 de janeiro, o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Joaquim Herculano Rodrigues, assumiu a presidência depois de um período de licença médica e agradeceu aos colegas e servidores pelo apoio e trabalho desenvolvido durante sua licença, em especial ao desembargador Almeida Melo.

Ao fazer uso da palavra, Almeida Melo agradeceu o gesto do presidente e destacou que, durante o período em que exerceu a presidência, contou com o apoio de vários colegas, como Wagner Wilson, Barros Levenhagen, Herbert Carneiro, Moacyr Lobato e Nelson Missias. “Eles nos deram apoio inestimável durante os períodos de

crise, sempre com a assessoria da Advocacia Geral do Estado”. Em seguida, Almeida Melo saudou o retorno de Herculano Rodrigues. “É uma satisfação vê-lo aqui entre nós e, em nome do colegiado e da instituição, em nome também da magistratura mineira, quero mostrar a alegria, do fundo do coração, de ver vossa excelência aqui, melhor do que quando saiu”, disse.

Na sessão do dia 22, o Órgão Especial julgou mandados de segurança, conflito de competência, embargos de declaração, reclamação e ações diretas de inconstitucionalidades. Três processos foram adiados e um teve pedido de vista. A próxima sessão acontece dia 12 de fevereiro.

Não escreva apenas nos autos.

Os magistrados mineiros agora também  
têm a sua revista de cultura e arte.

Só está faltando o seu texto.

comunicativo.com.br

# MagisCultura

Mineira



Revista de cultura e arte dos magistrados mineiros

Setembro de 2009



Escreva também na sua revista.

O artigo, ensaio, conto,  
poesia ou resenha de livro deve ter,  
no máximo, 10 mil caracteres.

MagisCultura  
Mineira

AMAGIS  
ASSOCIAÇÃO  
DOS MAGISTRADOS  
MINEIROS  
55 anos de história

Envie o texto para:  
[magiscultura@amagis.com.br](mailto:magiscultura@amagis.com.br)

## PARTICIPAÇÃO

# Minas reafirma parceria com nova gestão da AMB

Ascom AMB



**Representantes da Amagis prestam homenagem à interinidade de Nelson Missias**

O desembargador Nelson Missias de Moraes, vice-presidente Legislativo da AMB, assumiu, interinamente, entre os dias 7 e 15 de janeiro, a presidência da associação por designação do presidente João Ricardo Costa.

Nesse período, Nelson Missias conduziu várias reuniões para tratar de assuntos administrativos e institucionais com o secretário-geral da AMB, Marcos Daros, o diretor-presidente da Escola Nacional da Magistratura (ENM), Marcelo Piragibe, o presidente da Associação dos Magistrados da Justiça Militar da União (Amajum), José Barroso Filho, e o gerente-geral da Associação, Clisthenes Andrade.

No dia 13 de janeiro, em companhia do diretor presidente da ENM, Marcelo Piragibe,

e do coordenador da Justiça Militar, Edmundo Franca, o presidente em exercício recebeu uma comitiva de magistrados mineiros.

O grupo liderado pelo presidente da Amagis, desembargador Herbert Carneiro, foi composto pelos magistrados Bruno Terra Dias, Reynaldo Ximenes Carneiro, Tiago Pinto, Doorgal Andrada, Edison Feital Leite, Luzia Divina de Paula Peixoto, Geraldo Domingos Coelho e Rosimere das Graças do Couto.

Herbert Carneiro destacou que Minas Gerais teve a honra e o privilégio de apoiar a atual gestão, deixando claro que a Amagis deposita confiança integral no compromisso da nova diretoria em valorizar a magistratura brasileira. Ele apontou ainda os diversos desafios que os magistrados

terão pela frente, especialmente no Congresso Nacional, com projetos de lei de interesse da classe.

O desembargador Nelson Missias disse que a visita foi uma demonstração clara de apoio incondicional de Minas à gestão do presidente da AMB, João Ricardo Costa. “Esse simbolismo nessa breve interinidade demonstra a nossa união que será perene e para o bem da magistratura”, disse Nelson Missias.

Na avaliação de Marcelo Piragibe, a presença do grupo demonstra que Minas Gerais está unida e em sintonia com a AMB. “Aqui, está presente toda a liderança de Minas Gerais, mostrando que está em sintonia com essa gestão que se inicia”, reconheceu. ●

*Com informações da Ascom/AMB*

## INTERLOCUÇÃO

## Cármem Lúcia recebe diretoria

Ascom AMB



**Ministra com membros da AMB**

No exercício da presidência do STF, a ministra Cármem Lúcia recebeu, no dia 10 de janeiro, o presidente em exercício da AMB, Nelson Missias, e os vice-presidentes Ricardo Barreto (Direitos Humanos), Gil Guerra (Comunicação) e Gervásio Santos (Coordenador da Justiça Estadual), durante visita de cortesia.

No encontro, Nelson Missias transmitiu

à ministra o posicionamento do presidente João Ricardo Costa, que buscará estabelecer um canal de comunicação constante com o STF. Ao final da reunião, a ministra afirmou sua disposição em receber a AMB como interlocutora da classe, enfatizando que seu gabinete é também da magistratura brasileira. ●

*Com informações da Ascom/AMB*

## SISTEMA PRISIONAL

## Desembargador debate segurança

Reprodução



**Nelson Missias participou do programa**

No exercício da presidência da AMB, do dia 7 a 15 de janeiro, o desembargador Nelson Missias de Moraes representou a AMB no programa “Globo News Alexandre Garcia”, debatendo com o secretário de Segurança Pública do Maranhão, Aluísio Mendes, o sistema carcerário brasileiro e a crise no complexo penitenciário de Pe-

drinhas, em São Luís (MA).

Nelson Missias alertou para a gravidade do déficit de vagas nos presídios, apontando que a crítica pura e simples não trará solução concreta para a realidade do sistema prisional. Segundo ele, enquanto se desviar do ponto central da questão, não haverá solução para esse problema, que se arrasta há muitos anos. ●

## CRISE NO MARANHÃO

# Herbert Carneiro analisa sistema prisional brasileiro

Desde o fim de 2013, o presídio de Pedrinhas, no Maranhão, tem enfrentado uma grave crise. Mais de 60 presos foram mortos, alguns decapitados pelos próprios detentos. Projetado para 1.770 homens, o complexo abriga 2.196.

O caso de Pedrinhas não é uma exceção no cenário brasileiro. O Brasil possui a quarta maior população carcerária do mundo, marcada pela superlotação nos estabelecimentos e suas precariedades institucionais.

O assunto foi tema de entrevista concedida pelo presidente da Amagis, Herbert Carneiro, ao periódico *The Globe and Mail*, jornal que tem a maior circulação no Canadá. O magistrado destacou os problemas do sistema carcerário brasileiro e disse não haver clamor popular com qualquer inclinação para a reforma do sistema penitenciário. Leia no suplemento 'Amagis na Imprensa', do *Jornal DECISÃO*, a publicação completa.

O presidente da Amagis e do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCCP), ligado ao Ministério da Justiça, falou também com o jornal *O Globo*, rádio CBN e participou do programa *Assembleia Debate*, da TV Assembleia, sobre o sistema penitenciário no Brasil.

Em sua avaliação, Herbert Carneiro criticou o aumento da pena privativa de liberdade e a reforma da Lei de Execução Criminal, que acredita ser eficiente desde que seja bem aplicada. ●

Fernanda Marques



**Herbert Carneiro falou da crise no Maranhão para a imprensa nacional e internacional**

## CONSULTA PÚBLICA

## CNJ realiza censo para a 1ª Instância

Luiz Silveira/Agência CNJ



### Resultado do censo deve ser divulgado até junho

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) realizou, em janeiro, uma consulta pública para buscar formas de fortalecer a primeira instância por meio do Censo dos Magistrados, aplicados aos juízes, desembargadores, conselheiros e ministros brasileiros em atividade. Dos 16.907 magistrados em atividade, 10.783 responderam à consulta eletrônica, realizada pelo órgão.

O resultado do censo deve ser divulgado entre maio e junho deste ano e deve nortear tribunais e o CNJ na elaboração de políticas públicas que melhorem a prestação dos serviços judiciais aos brasileiros. A ideia é que, a partir desses dados, o CNJ possa planejar ações e medidas para superar alguns dos desafios do Judiciário, alcançando maior eficiência interna. ●

## DIÁLOGO

## ENM amplia as parcerias estaduais

Renata Caldeira



### Baía Borges, Marcelo Piragibe e Tiago Pinto

A fim de estreitar a relação com as escolas estaduais da magistratura e contribuir para formação dos juízes e desembargadores, o novo diretor-presidente da ENM, Marcelo Piragibe, visitou, em janeiro, a Escola Superior da Magistratura, em Porto Alegre, a Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes, em Belo Horizonte, e a Escola da Magistratura do Rio de Janeiro.

De acordo com Piragibe, os encontros permitem conhecer melhor os projetos e as dificuldades de cada escola, além de contribuir para a elaboração de um projeto de trabalho que seja eficiente para todos. A diretoria da ENM pretende conhecer as escolas estaduais, federais, trabalhistas, eleitorais e militares de magistrados. ●

Com informações da  
Ascom/AMB

## PATRIMÔNIO

# Diretoria planeja manutenção das colônias

Tiago Parrela



**Durante a reunião, foram avaliadas as condições de uso dos imóveis**

Com o intuito de discutir questões administrativas ao funcionamento das colônias de férias da Amagis, a diretoria da

Associação reuniu-se, no dia 21 de janeiro, na sede da Amagis.

Problemas ocorridos durante a temporada de

férias de 2014 foram alguns dos assuntos tratados. Além disso, foram determinadas a execução de um muro

de divisão nos fundos da colônia de Caxambu e a instalação de ar-condicionado nos dormitórios em Ubatuba.

A manutenção das colônias de férias da Associação é uma preocupação constante da diretoria da Amagis, que realizou, há cerca de cinco anos, diversas reformas em todas as colônias, como pintura, correção de infiltrações, adaptação de apartamento para pessoas portadoras de deficiência, entre outras.

Participaram da reunião o vice-presidente Sociocultural-Esportivo, desembargador Tiago Pinto; o diretor financeiro, juiz José Martinho Nunes Coelho; o coordenador do Departamento Jurídico da Associação, José Eduardo Vecchi; e a coordenadora do departamento responsável pela manutenção do patrimônio e colônias de férias, Mara Lúcia de Carvalho. ●



Há mais de 50 anos, a AMAGIS trabalha na defesa dos direitos dos magistrados mineiros.

[www.amagis.com.br](http://www.amagis.com.br)

A magistratura mineira com um espaço próprio na internet!

Visite o nosso site e confira notícias sobre o Poder Judiciário, artigos, sentenças, informações sobre serviços, benefícios, convênios e as produções da entidade.



## ESPETÁCULOS

# Brasil recebe shows internacionais em 2014

Fido-Creative Commons



**Hugh Laurie, protagonista de Dr. House**

Neste ano de 2014, a agenda de shows internacionais no Brasil continua agitada. Algumas apresentações já foram confirmadas e outras ainda estão negociação.

Uma das atrações que se apresentam no País neste ano é

o cantor Elton John, que retorna ao Brasil e estará em quatro cidades: Rio de Janeiro, Salvador, Fortaleza e Goiânia. Está também confirmado, com show marcado para Belo Horizonte, o ator Hugh Laurie, conhecido por interpretar o doutor

House na série de TV, mas que mantém uma carreira como músico de jazz e blues. Além de se apresentar na capital mineira, Hugh Laurie estará ainda nas cidades do Rio de Janeiro, Brasília, Curitiba, Porto Alegre e São Paulo.

Outra banda que retorna ao Brasil, após a apresentação no Rock in Rio de 2013, é o Metallica, que faz apenas um show em São Paulo. Os fãs do Rock pesado ainda terão a oportunidade de conferir a apresentação do Guns N' Roses, que, em sua turnê pelo Brasil, irá apresentar seus sucessos em Belo Horizonte no dia 22 de março.

No fim do ano, o maestro e violinista holandês Andre Rieu fará três apresentações de seu espetáculo com a Johann Strauss Orquestra, em São Paulo. Confira ao lado alguns dos shows que passarão pelo Brasil com as datas e locais. ●

**Laura Pausini** – São Paulo - 19 e 20 de fevereiro

**Elton John** – Rio de Janeiro (19 de fevereiro), Goiânia (dia 21 de fevereiro), Salvador (22 de fevereiro) e Fortaleza (26 de fevereiro)

**Yanni** – São Paulo – 21 e 22 de março

**Guns N' Roses** – Rio de Janeiro (20 de março), Belo Horizonte (22 de março), Brasília (25 de março), São Paulo (28 de março), Curitiba (30 de março), Florianópolis (1º de abril) e Porto Alegre (3 de abril)

**Metallica** – São Paulo – 22 de março

**Hugh Laurie** – Rio de Janeiro (20 de março), Belo Horizonte (21 de março), Brasília (23 de março), Curitiba (25 de março), Porto Alegre (27 de março) e São Paulo (20 e 30 de março)

**Arcade Fire** – Rio de Janeiro - 4 de abril

**Placebo** – São Paulo – 14 de abril

**Demi Lovato** – São Paulo (25 de abril), Rio de Janeiro (27 de abril), Brasília (30 de abril), Belo Horizonte (1º de maio) e Porto Alegre (3 de maio)

**Megadeth** – São Paulo – 4 de maio

**Marillion** – São Paulo – 9 de maio

**Tarja Turunen** - Belo Horizonte (11 de setembro), São Paulo (13 de setembro), Rio de Janeiro (14 de setembro)

**Andre Rieu** – São Paulo – 3, 4 e 5 de outubro

\*As datas e locais estão sujeitos a mudanças e são de responsabilidade dos organizadores.

## LANÇAMENTOS DE LIVROS

### Beleza

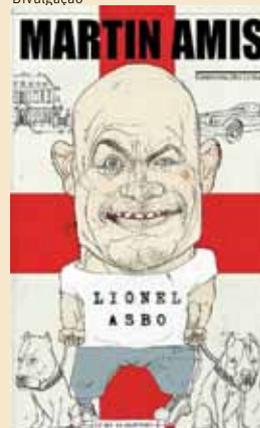
Divulgação



Numa obra instigante, o filósofo Roger Scruton nos convida a refletir a respeito da beleza e do lugar que ela ocupa em nossas vidas. Como deixa bem claro, sua abordagem não é histórica nem psicológica: é filosófica. Assim, nos conduz por questionamentos como: a beleza é subjetiva? Existem critérios válidos para julgar uma obra de arte? Há algum fundamento racional para o gosto? Qual a relação entre tradição, técnica e gosto? Pode o belo ser imoral? Frente àqueles que consideram que juízos de beleza são meramente subjetivos, Scruton, com sua verve polêmica, questiona tal relativismo. ● Editora: É Realizações

### Lionel Asbo

Divulgação

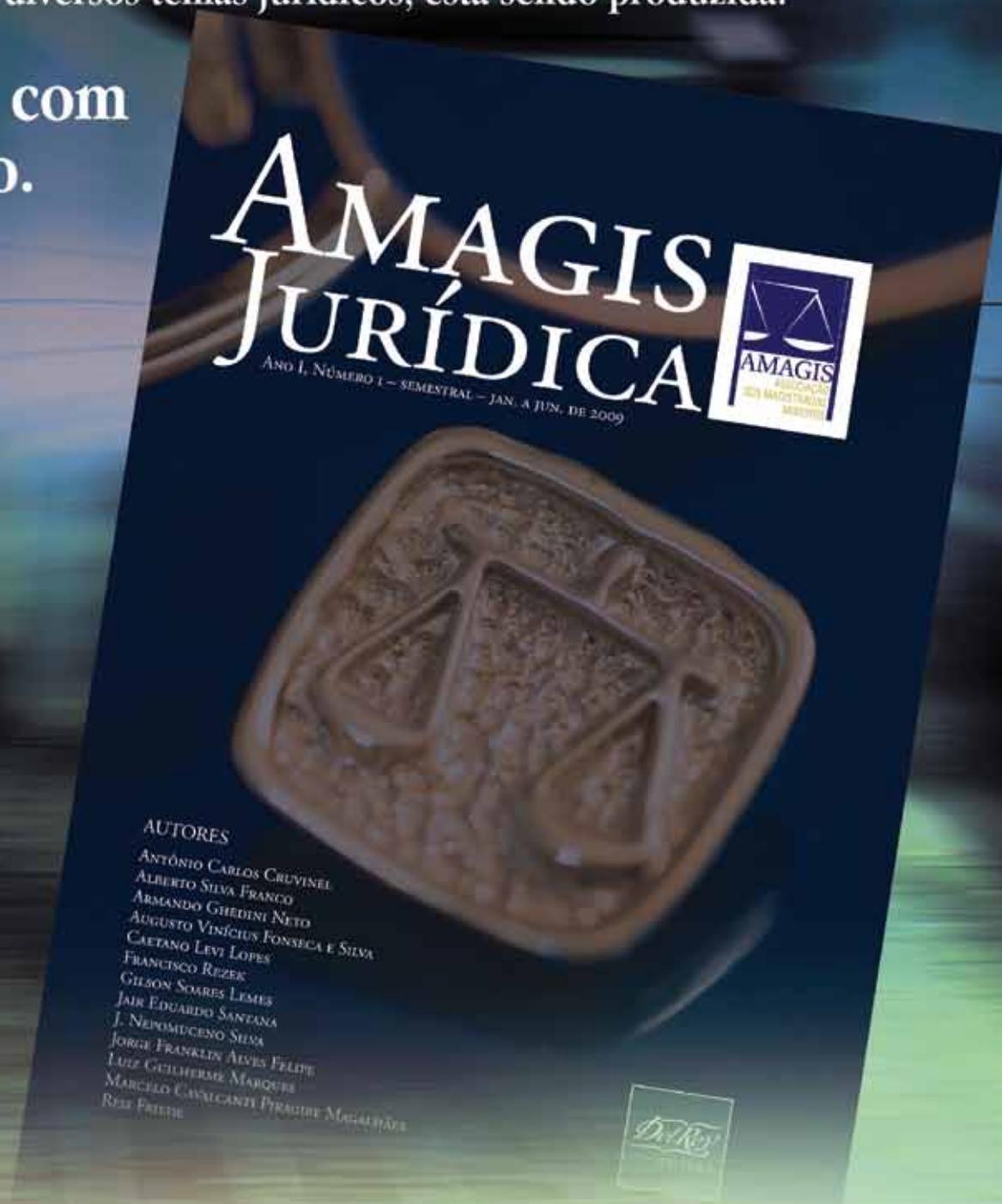


O novo romance do escritor inglês Martin Amis tem como cenário o subúrbio de Londres e conta a vida de Lionel Asbo, cuja vida na pequena criminalidade é uma verdadeira vocação. Desde a infância, ele acumula episódios de arruaça e passagens por diversas prisões inglesas. Não à toa, decidiu mudar seu registro de batismo, adotando como sobrenome a sigla Asbo (em inglês, Condição de Comportamento Antissocial). Mas um acontecimento imprevisível mudará completamente os rumos desta história: Lionel Asbo ganha 140 milhões de libras na loteria. ● Editora: Cia das Letras.

# Compartilhe seus conhecimentos jurídicos

A Revista Amagis Jurídica, que reúne textos dos magistrados mineiros sobre diversos temas jurídicos, está sendo produzida.

Colabore com  
seu artigo.



#### AUTORES

ANTÔNIO CARLOS CRUVINEL  
ALBERTO SILVA FRANCO  
ARMANDO GHEDINI NETO  
AUGUSTO VINÍCIUS FONSECA E SILVA  
CAETANO LEVI LOPES  
FRANCISCO REZEK  
GILSON SOARES LEMES  
JAIR EDUARDO SANTANA  
J. NEPOMUCENO SILVA  
JORGE FRANKLIN ALVES FELIPE  
LUIZ GUILHERME MARQUES  
MARCELO CAVALCANTI PRADO MACHADO  
REIS FREIRE

Para participar, os interessados devem enviar o texto na fonte Arial, corpo 12, espaço entre linhas de 1,5, no máximo 30 mil caracteres ou 20 laudas, incluindo capa, folha de rosto e bibliografia para o e-mail

[imprensa@amagis.com.br](mailto:imprensa@amagis.com.br)

INTERAÇÃO

# Amagis se consolida como canal de comunicação da classe

Reprodução



**A rede social Facebook foi um dos novos canais de comunicação criados**

Com o intuito de ampliar a interlocução com os magistrados e com a sociedade, levando até

eles as principais notícias da Associação e do Judiciário, a Amagis criou, no início de 2013,

novos canais de comunicação, como a página no Facebook e a conta no Twitter.

O ano de 2013 terminou com números expressivos, com aproximadamente 1 milhão de visualizações no site, numa demonstração de que a Associação se firmou como importante canal de informação para os magistrados. O portal da Amagis ([www.amagis.com.br](http://www.amagis.com.br)) recebeu, apenas em 2013, 327 mil visitas, com 950 mil visualizações de páginas. Diariamente, o portal é atualizado com notícias jurídicas de Minas, do Brasil e do mundo, com assuntos de interesse dos magistrados mineiros.

A página no Facebook já registrou 130 mil visualizações de postagens. Outro canal importante de comunicação é o Youtube, onde estão disponíveis os programas de TV da Amagis (Via Justiça e Pensamento Jurídico).

Só em 2013, os vídeos alcançaram mais de 100 mil visualizações, tendo sido o programa do Via Justiça que tratou do Direito Canônico o mais assistido de 2013, no Youtube.

Sugestões de pauta podem ser enviadas para o e-mail [linhadireta@amagis.com.br](mailto:linhadireta@amagis.com.br) •

PARCERIA

## Sorteio de livros faz sucesso entre internautas

Com o objetivo de estimular a participação e ampliar a interação da Associação com os magistrados e com a sociedade, a Amagis começou, em 2013, a sortear diversos livros em seu site. O bom resultado desta iniciativa levou a Amagis a

firmar parceria com a Editora Del Rey, que oferece à Associação diversos lançamentos para os sorteios. Desde o começo da iniciativa, foram sorteados 25 livros.

Os sorteios acontecem todas às segundas-feiras de cada

semana. Os interessados podem participar enviando e-mail com o nome completo, endereço e telefone para: [imprensa@amagis.com.br](mailto:imprensa@amagis.com.br). Continue acompanhado as ações da Amagis pelo seu site, Facebook e Twitter. •

Tiago Parrela



**Juiz Paulo Abrantes foi um dos ganhadores**

**PRA QUEM JÁ JULGOU CAUSAS TÃO DIFÍCEIS, ESSA DECISÃO VAI SER MOLEZA.**

**CIVIC LXS MT 2014**  
POR  
**R\$ 63.975,45<sup>(1)</sup>**

**CORTESIA<sup>(3)</sup>**

- + PROTETOR DE CARTER
- + JOGO DE TAPETES

**Home and Office Delivery<sup>(2)</sup>**

**RAJA**  
Raja, 2760 - 3298-2900

**CIDADE NOVA**  
Cristiano Machado, 2510 - 3429-3333

**BANDEIRANTES**  
Bandeirantes, 140 - 3069-0050

**PAMPULHA**  
Catalão, 750 - 3469-5900

**SEMINOVOS BARÃO**  
Barão, 2761 - 3313-4611

[autojapan.com.br](http://autojapan.com.br)

**HONDA**

**AUTO JAPAN**

(1) Valor à vista para a compra de Honda Civic LXS mecânico 14/14, pintura metálica, válido exclusivamente para faturamento direto da fábrica, para filiados Amagis. (2) Test drive em casa ou escritório para os modelos Fit, City, Civic e CRV de acordo com a disponibilidade nas unidades Auto Japan. O test drive é válido de segunda a sexta-feira mediante agendamento prévio. (3) Protetor de cartão e jogo de tapetes como cortesia na compra do modelo Honda Civic LXS, para filiados Amagis. (4) A garantia de 5 anos é válida para veículos zero km comprados na Rede de Concessionárias Auto Japan e refere-se a garantia de 03 anos da montadora e 02 anos concedidos pela Auto Japan. Consulte. Condições válidas de 01/02/2014 a 28/02/2014. Promoção não cumulativa com outras. Imagem meramente ilustrativa.

Reprodução



## JUÍZA ANDRÉA FERREIRA CAMARGOS FARIA

Por meio da Resolução 125, editada em 2010, o Conselho Nacional de Justiça instituiu a Política Pública de Tratamento Adequado de Conflitos, para regulamentar uma prática que já acontece em várias comarcas do país: a mediação e a conciliação. Na Comarca de Divinópolis, no Centro-Oeste de Minas, a prática já é adotada e, de acordo com a juíza Andréa Barcelos Ferreira Camargos Faria, da 2ª Vara de Família, o modelo que o CNJ apresenta tem vantagens e inovações que possibilitam a implantação estruturada de um trabalho de mediação. Em entrevista ao **Jornal DECISÃO**, a magistrada fala sobre a prática da mediação como nova ferramenta no tratamento dos conflitos familiares.

### Qual a diferença entre conciliação e mediação?

A conciliação busca solucionar mais rapidamente o conflito, levando as partes a construir uma decisão amigável. Normalmente é um processo mais rápido, consistente e resolvido em apenas uma audiência, quando são expostas as vantagens de as próprias partes chegarem à solução do conflito. É feito um acordo, que recebe a homologação do juiz. Quando, nessa primeira audiência, observamos que as partes não têm condições de celebrar um acordo – o que muitas vezes acontece por questões afetivas ou insegurança – oferecemos a mediação, que consiste em dar poder às partes para que elas mesmas sejam autoras da causa e, dessa forma, consigam solucionar o litígio. A mediação demanda um trabalho mais prolongado, com mais sessões com as partes até que seja formalizado um acordo.

### Qual o objetivo da mediação?

O objetivo fundamental da mediação é a restauração das

relações, até porque, depois do processo, as relações tendem a continuar. Nos processos de divórcio de um casal com filhos, por exemplo. Após o processo e a sentença, o casal vai precisar dialogar em função de seus filhos. A mediação vai buscar uma solução que efetivamente pacifique, de forma que, terminado o processo, as partes prossigam as relações familiares e outras relações em que a mediação é cabível, sem ter que recorrer volta e meia ao Judiciário para resolver pendências.

### Conte-nos como nasceu a experiência da mediação familiar na Comarca de Divinópolis?

A experiência nasceu da prática. Começamos a verificar que, muitas vezes, quando as partes chegavam ao Fórum para as audiências, principalmente em processos de divórcios, guarda de filhos e mesmo nos processos de alimentos. Geralmente, percebíamos que o problema maior não era o que estava na petição, mas aquilo que não estava, como as mágoas e as dificuldades na

relação. Por exemplo, a filha pedia alimentos em face do pai. E o pai não oferecia qualquer resistência em conceder, porém, solicitava o convívio com a filha, que a ex-mulher não permitia. A mediação começou assim, no intuito de fazer com que eles chegassem a um acordo. Outra audiência era marcada no período de dois meses em média, quando, na maioria das vezes, conseguíamos um acordo com relação ao que era solicitado no processo.

### Há um diálogo entre a questão judicial e a psicologia no procedimento de mediação?

O direito e a psicologia são trabalhos interdisciplinares. No Direito de Família moderno sabe-se que as relações familiares e as emoções costumam ser determinantes dentro de um processo. Muitas vezes, temos processos em que as partes não chegam a um acordo amigável por causa do nível de mágoa ou de raiva, que ainda é muito grande. Ainda assim, a mediação é válida, porque leva as pessoas a digerir melhor o problema e,

muitas vezes, as partes tomam consciência da realidade e suas implicações e de que forma elas podem contribuir para sua situação melhorar.

### A mediação familiar já é aceita no ordenamento jurídico?

Ainda não é prevista, mas há projetos no Congresso para alterar o Código Civil nesse sentido. Penso que o modelo que o CNJ apresenta tem vantagens, inovações bastante boas e vem reger e regulamentar uma prática que já acontece em várias comarcas do país. Além de incentivar essa prática, o CNJ está procurando regulamentar, treinar e possibilitar a implantação estruturada de um trabalho de mediação.

### Há algum custo para as partes que vão se submeter à mediação?

Na Justiça, não. São pagas as custas do processo, independentemente de conciliação ou mediação. A mediação é oferecida gratuitamente. Caso não se chegue a um acordo, o processo segue da forma tradicional. ●

“

**A conciliação busca solucionar mais rapidamente o conflito, levando as partes a construir uma decisão amigável**

**A mediação demanda um trabalho mais prolongado, com mais sessões com as partes até que seja formalizado um acordo**

**O direito e a psicologia são trabalhos interdisciplinares**

**No Direito de Família moderno sabe-se que as relações familiares e as emoções costumam ser determinantes dentro de um processo**

”

MINEIRÃO

# Museu do Futebol é atração no Gigante da Pampulha

Inaugurado em 2013, o Museu Brasileiro do Futebol, localizado no Mineirão, foi reinaugurado, no dia 22 de janeiro deste ano, com espaço interativo mais amplo para abrigar os capítulos históricos do futebol mineiro. O espaço ocupa agora mais de mil metros quadrados dentro do Gigante da Pampulha, com estruturas que dialogam com a literatura, dança, cinema e as artes visuais.

Uma das grandes novidades do museu é a sala 'Campos Gerais', com o acervo antigo do Mineirão, onde o visitante tem a chance de relembrar vários momentos marcantes no estádio. Um dos atrativos é a antiga calçada da fama, com pés e mãos de craques registrados em placas de bronze, colorindo a parede do espaço, que conta ainda com placas em homenagens a gols históricos.

No mesmo espaço, o visitante pode conhecer um pouco mais sobre os times de futebol do interior de Minas Gerais, por meio de um totem multimídia, organizado em ordem alfabética.

Já o espaço Futebol e Outras Artes aborda o esporte como fenômeno cultural, com videoinstalações, imagens, textos e sons, a sala mescla esporte com as artes em geral, como a literatura, a dança, a caricatura e a escultura.

Além das novas salas, as áreas já existentes foram readequadas, como a sala de abertura, onde o visitante pode saber um pouco mais sobre o crescimento de Belo Horizonte, por meio dos primeiros campos da capital, como os da Alameda, Barro Preto e Lourdes.

Com registros importantes de jogos que aconteceram no Mineirão, durante a Copa das Confederações de 2013, a Sala das Confederações também é uma novidade, como a camisa do meia Jonathan Tehau, autor do gol histórico do Taiti, no dia 17 de junho, é um dos destaques entre os objetos.

A marcação de visitas para grupos acima de dez pessoas, para o primeiro semestre de 2014, já está disponível. Os interessados podem marcar data e horário para conhecer o Mineirão e o Museu Brasileiro do Futebol pelo telefone (31) 3499-4333 ou pelo e-mail [ouvidoria@minasarena.com.br](mailto:ouvidoria@minasarena.com.br).

O valor da entrada para cada um dos locais é R\$ 8, e o pacote para visitar o museu e o estádio custa R\$ 14, com meia-entrada disponível para ambos os serviços. Em seu primeiro ano de funcionamento, o museu recebeu mais de 40 mil visitantes, entre turistas e moradores da cidade. ●

Com informações da Agência Minas

Wellington Pedro/Imprensa MG



Wilson Piazza e Procópio Cardoso observam fotos do passado

MUNDIAL 2014

## Conheça as atrações das sedes da Copa

Com 12 sedes, a Copa de 2014 será também uma oportunidade para os torcedores conhecerem o Brasil e suas atrações turísticas. Conheça, abaixo, um pouco mais de algumas das cidades que irão receber os jogos.

### BRASÍLIA (DF)

Considerada Patrimônio Cultural da Humanidade pela Unesco, a Capital Federal atrai os turistas com os projetos arquitetônicos de Oscar Niemeyer. Nos arredores da cidade é possível conhecer belezas naturais como Salto do Itiquira e Chapada Imperial que ficam em Goiás, próximo de Brasília.

### FORTALEZA (CE)

Praias de Mucuripe, Meireles, Iracema e do Futuro são algumas das opções de Fortaleza para o visitante, que pode curtir ainda o Beach Park. O turista ainda pode apreciar o pôr sol na Ponte dos Ingle-

ses e à noite passear na Feirinha da Beira-Mar, onde são expostos o artesanato e as comidas típicas da região. A programação pode incluir ainda o Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura, que abriga o Museu da Cultura Cearense, e o secular Theatro José de Alencar.

### RECIFE (PE)

Conhecida como a "Veneza brasileira", além das belezas naturais a cidade preserva construções históricas e tem forte efervescência cultural. O visitante pode passear de catamarã pelos rios Capibaribe e Beberibe e apreciar os prédios históricos. Outra opção

de lazer é a cidade de Olinda, que fica a apenas 7 km de Recife.

### PORTO ALEGRE (RS)

A capital gaúcha oferece roteiro variado, que pode incluir desde uma visita ao Museu de Ciências e Tecnologia da PUC, com cerca de 700 experimentos interativos, a um passeio na feira de antiguidades do Parque Farroupilha e apreciar o pôr do sol no centro de cultura Usina do Gasômetro às margens do lago Guaíba. O visitante pode conhecer ainda as cidades da Serra Gaúcha, com suas vinícolas. ●

Com informações do Guia 4 Rodas

**INVESTIMENTO**

# Como aplicar e ganhar com ações norte-americanas

Poucos fora do mercado financeiro devem ter ouvido falar nos chamados BDRs (Brazilian Depositary Receipts). São nada mais do que certificados de depósito, emitidos e negociados no Brasil, com lastro em valores mobiliários de emissão de companhias estrangeiras. Em outras palavras, recibos brasileiros de ações de empresas norte-americanas selecionadas criteriosamente, negociadas nos EUA, mas cotados em reais.

Cuida-se de um investimento exclusivo e inovador no Brasil, similar ao da compra de ações brasileiras, dirigido, inicialmente, aos chamados investidores qualificados, que tinham mais de R\$ 300 mil disponíveis e pretendiam diversificar seu portfólio.

Todavia, os fundos de investimento e de pensão brasileiros não demoraram a descobrir o "mapa da mina". Divisaram nesses papéis uma rara oportunidade de lucrar com o otimismo que envolveu o processo de recuperação da economia norte-americana, refletindo positivamente na alta de suas bolsas. Nessa linha, em 2013, o índice NASDAQ subiu 38,58%, o S&P 29,0% e o DOW JONES 25,95%. Lado outro, o nosso IBOVESPA caiu 15,5% no ano. Descontado o desastre do Grupo X, teria subido apenas 3%.

Para se ter uma visão da expressiva alta ocorrida nos EUA, o índice de BDR medido pelo BM&FBovespa, que abrange o desempenho médio das 70 ações norte-americanas mais negociadas na bolsa paulista, alcançou uma valorização de 43%.

Embora seja um investimento de risco, como toda aplicação em bolsa,

no mundo globalizado, onde todos estão ligados a tudo todo o tempo (network society), o sucesso depende, primordialmente, do acesso à informação. É bom lembrar que o investimento em bolsa nos EUA ocupa o primeiro lugar. Qualquer viúva norte-americana, independente da classe social, tem a maior parte de seus recursos aplicados em ações ou fundos de ações, muitas vivendo de dividendos. A mesma preferência que se registra, em nosso país, em relação à velha caderneta de poupança.

a carteira composta de 95% de ações BDRs nível 1, das mais conceituadas empresas norte-americanas. Entre os 10 maiores integrantes do FIA BDR, oferecido aos brasileiros pelo Bradesco, estão o J. P. Morgan, Google, Citi Group, Boieng, Exxon Mobil, Merk, Bank of America e Pfizer. A taxa de administração é de 2,5%. Resgate D+1. Vale dizer, no dia seguinte ao da ordem, pelo valor da cota na data de fechamento. A aplicação adicional de apenas R\$ 1.000,00. Imposto de renda, 15% do lucro auferido.

Vejam os rendimentos do Bradesco Fia BDR, no segundo semestre de 2013: julho (6,66%), agosto (0,90%), setembro (-4,46%), outubro (4,98%), novembro (8,61%) e dezembro (2,28%). Sem contar o rendimento acumulado no período, quase 19% em apenas seis meses. Já, no primeiro semestre, todos os números foram superiores 0,91% (fev.), destacando-se março e maio, com 4,46% e 10,20%, respec-

tivamente. E mais: a aplicação em BDR também embute a alta do dólar em relação ao real.

Por essa razão, até mesmo uma ação em queda nos EUA pode gerar ganho para o investidor brasileiro. Em suma, em tempos de vacas magras no Brasil, trata-se de uma opção descomplicada e altamente compensadora de diversificação de aplicações, em relação à renda fixa, fundos cambiais, poupança e às ações brasileiras, todas com perspectivas pouco animadoras em 2014, ao contrário dos EUA, em plena recuperação econômica, depois da forte crise de 2008. ●

THENAILS - Creative Commons



**O Touro de Wall Street que representa otimismo e confiança**

Ao contrário do que pensa a maioria, hoje, no Brasil, aplica-se em ações norte-americanas - carteiras formadas por BDRs dessas companhias - com a mesma facilidade de qualquer outra aplicação doméstica. Basta procurar um banco, a Caixa Econômica Federal, inclusive, ou alguma corretora de valores credenciada.

Quanto à rentabilidade, quem, por exemplo, aplicou R\$ 10 mil (limite mínimo), em junho de 2012, no fundo Bradesco Fia BDR Nível I, teve um lucro acumulado de 31,39%, em 12 meses. Seus recursos são alocados nos diferentes setores da economia e

## URV E EQUIVALÊNCIA

# TJMG amplia convênio para pagamento de diferenças

Além do Banco Bonsucesso, o Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) firmou convênio também com a Sicoob Jus-MP para possibilitar a antecipação do pagamento de diferenças salariais por meio de empréstimo. O prazo de vigência do convênio encerra-se no dia 31 de dezembro deste ano. O contrato pode ser firmado com qualquer das duas instituições e é específico para adiantamento das parcelas de URV e equivalência salarial que os magistrados vão receber até o fim deste ano. Os créditos trabalhistas estão previstos na Resolução nº 365/

TJMG, de 23 de agosto de 2000, conforme Processo nº 304 da Comissão de Organização e Divisão Judiciárias, bem como na decisão da Corte Superior de 26 de junho de 2002 e serão pagos até dezembro deste ano.

Poderão ser consignadas na folha de pagamento mensal até cinco parcelas relativas às diferenças salariais, sendo três da Resolução 365 e duas da decisão da Corte Superior. Para que o empréstimo seja concedido, nessas condições, é necessário que o magistrado tenha direito aos créditos devidos e que tenha assinado o

contrato junto ao banco. A liberação do valor contratado será feita em dois dias, desde que seja celebrado o contrato e realizada a averbação. Quem ainda não fez a antecipação poderá fazê-la até o dia 9 de fevereiro em até 11 parcelas.

Para mais informações, entre em contato com Maycon (31) 3295-1700, Lúcio (31) 3296-6974 e Betânia Mares (31) 3048-5574, representantes do Sicoob Jus-MP e com Leonardo Moraes (31) 2103-7808, Anderson (31) 2138-7174, e Charles (31) 2138-7174, no Bonsucesso. ●

## – ENTRE EM CONTATO



**Maycon** (31) 3295-1700,  
**Lúcio** (31) 3296-6974  
**Betânia Mares** (31) 3048-5574

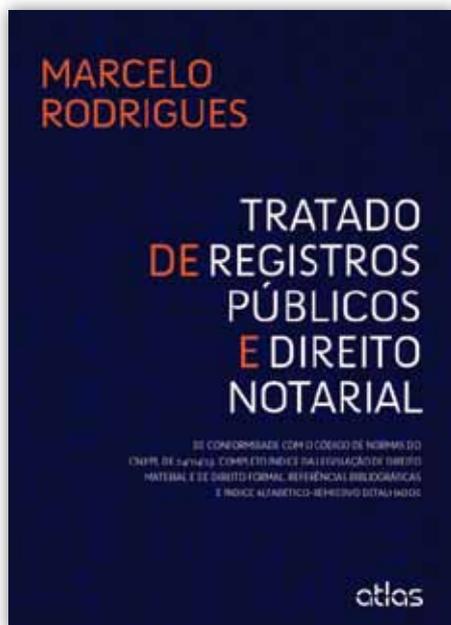


**BONSUCESSO**

**Leonardo Moraes** (31) 2103-7808  
**Anderson** (31) 2138-7174  
**Charles** (31) 2138-7174

## DIREITO NOTARIAL

### Livro traz doutrina da Lei dos Registros Públicos



Academia Mineira de Letras (Rua da Bahia, 1.466, em Belo Horizonte), o livro “Tratado de Registros Públicos e Direito Notarial”, pela editora Atlas.

A obra traz doutrina das atividades reguladas na Lei dos Registros Públicos e na Lei de Protesto (9.492/1997), incursiona em diversos dispositivos da Lei dos Cartórios (8.935/1994), e possui amplo capítulo destinado ao Direito Notarial. A publicação, que já

O desembargador Marcelo Rodrigues, da 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, lançará no dia 19 deste mês, na

esta à venda, contém ainda a indicação atualizada de toda a legislação aplicável, seja de Direito Material ou de Direito Formal. ●

## CONTEXTO BRASILEIRO

### Magistrado debate em livro a reforma política

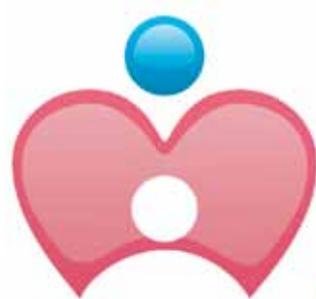
O desembargador Doorgal Andrada lançou, em janeiro, o livro “A Reforma Política e seus Temas no Contexto Brasileiro”, pela Editora Del Rey. Na obra, o magistrado, que integra a 4ª Câmara Criminal do TJMG e é ex-presidente da Amagis, argumenta que as mudanças na vida política brasileira estão a exigir alterações legais de vários setores que estruturam a atividade político-partidária.

O prefácio do livro é do governador de Minas Gerais, professor e mestre em Direito, Antonio Anastasia. “Doutor Gustavo Borges de Andrada foi buscar em sua sólida formação jurídica as bases para compor seu manual da Reforma

Divulgação



Política, palmilhando os mais sensíveis temas postos em debate no cenário nacional”, afirma o governador no prefácio. ●



Programa  
**AMOR** à **VIDA**



Bem-estar e qualidade de  
vida para você, usuário do  
**AMAGIS SAÚDE**

## FÉRIAS

# Cuidados com o corpo e a saúde garantem boa viagem

No Brasil e ao redor do mundo, o que não faltam são destinos turísticos. O nosso país, por exemplo, é dono de um território com mais de 8 milhões de quilômetros quadrados, onde podem ser encontradas praias, ilhas, cachoeiras, montanhas, cidades históricas, dentre outros. E com uma área desse tamanho, o deslocamento até os locais de lazer assumem proporções continentais, o que pode tornar as viagens muito desgastantes.

Por isso, antes de pegar a estrada ou embarcar em um avião, é preciso tomar alguns cuidados básicos. Já pensou se no meio do caminho você começa a sentir enjoo, dor de cabeça, câibras ou uma crise de hipertensão? Para evitar que inconvenientes como esses possam estragar o passeio, conversamos com o médico do Amagis Saúde, Paulo da Cruz de Almeida, que passou dicas para que você aproveite a viagem ao máximo.

De acordo com o médico, uma das preocupações de todo viajante deve ser com a alimentação. Ele recomenda que os alimentos gordurosos, muito comuns em restaurantes e lanchonetes de beira de estrada, não devem fazer parte do cardápio. Ainda conforme o especialista, os alimentos com maior risco de contaminação, como maionese, patês, embutidos, farofas, etc. também precisam ser evitados.



Segundo o médico, as frutas podem ser consumidas sem restrições, pois são de fácil digestão. E orienta: o viajante pode completar as refeições com biscoitos leves, pão integral com geleias, balas e outros. “Nesta época do ano, as temperaturas estão muito altas e, mesmo com ar condicionado, pode ocorrer ressecamento das mucosas nasal e labial”, alerta o médico, para quem a hidratação do organismo é outro ponto muito importante. “Durante as viagens, você deve dar preferência à água. Mas, é preciso ressaltar que chás, café, suco e leite estão liberados, e esses devem ser consumidos em menor quantidade pelo risco de distúrbios gastrointestinais”, adverte.

Em caso de diabetes, a dieta não deve ser mudada. “O diabético deve reforçar a hidratação e, caso faça uso de insulina regular, a alimentação deve ser proporcional à quantidade de insulina usada”, aponta o especialista.

## MOVIMENTO-SE

Paulo Almeida diz que, quanto maior o tempo de viagem, maior é a chance das pessoas ficarem horas e horas

sentadas em uma mesma posição. “Em viagens por estradas, deve-se tentar fazer uma escala de paradas de, no máximo, duas horas e, mesmo dentro do carro, exercitar os pés, o calcanhar e as pernas quando puder”, orienta.

Ele recomenda também que, nas viagens aéreas, de longa duração, a caminhada dentro do avião deve ser feita em intervalos de uma hora. E o passageiro deve evitar ainda as bebidas alcoólicas antes e durante o voo e lembrar-se de exercitar as articulações, calcanhar, sola dos pés e os joelhos.

Em grandes deslocamentos, existe o temor de ocorrência da trombose, doença caracterizada pela formação de coágulos que podem obstruir parcialmente o fluxo das veias e que pode levar o indivíduo a um quadro de embolia pulmonar. No entanto, o médico informa que, de maneira geral, não há grandes riscos para pessoas que pretendem fazer viagens de curto trajeto, abaixo de 4 horas. Caso o deslocamento seja superior a esse período de tempo, é importante usar roupas confortáveis, além de procurar,

antes, um especialista sobre a necessidade de medicamentos e uso de meias elásticas de compressão.

## GESTANTES, CRIANÇAS E IDOSOS

De acordo com Paulo Almeida, as gestantes devem ter suas orientações repassadas pelo médico do pré-natal. Isso porque em cada época da gestação existem orientações específicas. Em alguns casos, as grávidas são impedidas de utilizar transporte aéreo. As crianças, desde que saudáveis, não têm restrição. Já os idosos, sempre devem ter orientação médica e viajar sempre hidratados, de acordo com o médico.

Caso você faça uso de remédio controlado, lembre-se que a medicação deve ser mantida conforme o uso, horário e legislação vigente no local da viagem. Leve o medicamento em quantidade suficiente para ser utilizado e não se esqueça da receita prescrita pelo médico. Nos casos em que o deslocamento implica mudança de fuso horário, o médico observa que deve ser respeitado o tempo de intervalo entre um comprimido e outro. ●

Suplemento do Plano de Saúde da Associação dos Magistrados Mineiros  
**AMAGIS**

Rua Albita, 194 • Cruzeiro  
Belo Horizonte • MG  
Telefax: (31) 3079-3499  
e-mail: imprensa@amagis.com.br  
www.amagis.com.br

**Presidente da Amagis:**  
Desembargador Herbert  
José Almeida Carneiro

**Diretoria do Amagis Saúde:**  
Vice-presidente de Saúde  
Juiz Maurício Torres Soares

Diretor de Saúde  
Juiz Edison Feital Leite

Diretor Financeiro  
Juiz Cláudio Manuel  
Barreto de Figueiredo

**Conselho Gestor:**  
TJMG

Wander Paulo Marotta Moreira  
Geraldo Domingos Coelho

Suplentes  
José Geraldo Saldanha da Fonseca  
Geraldo José Duarte de Paula

Juízes da Capital  
Maria Luíza Santana Assunção  
Edison Feital Leite

Suplentes  
Marco Aurélio Ferenzini  
Marli Maria Braga Andrade

Juízes do Interior  
Marcelo Carlos Cândido  
Dalton Soares Negrão

Suplentes  
Paulo Antônio de Carvalho  
André Luiz Tonello de Almeida

Aposentados  
Cláudio Manuel Barreto Figueiredo  
Francisco Albuquerque

Suplentes  
Noelmo Adelino Machado  
Mauro Soares de Freitas

**Diretoras de comunicação:**  
Juizas Aldina de Carvalho Soares  
e Rosimere das Graças do Couto

**Coordenador de Comunicação:**  
Bruno Gontijo • Mtb - MG: 11008

**Jornalistas:**  
Georgia Bacvaroff - Mtb - MG: 08441  
Adriano Boaventura • Mtb - MG: 9181  
Fernanda Marques • Mtb - MG: 12188  
Tiago Parrela • Mtb - MG: 14634

**Projeto Gráfico:**  
Agência Graffo

**Diagramação:**  
Fosfato Comunicação Digital

**Pré-impressão/Impressão:**  
Gráfica e Editora Del Rey

## PARTICIPAÇÃO

# Assembleia da Amagis Saúde visa mudanças no plano

O presidente da Amagis, desembargador Herbert Carneiro, acompanhado do vice-presidente de Saúde da Associação, Maurício Soares, e membros da diretoria, esteve nas Comarcas de Poços de Caldas, no Sul de Minas, dia 24 de janeiro, e Juiz de Fora, na Zona da Mata, dia 30 do mesmo mês, quando levou para discussão a pauta da Assembleia Geral Extraordinária da Amagis Saúde, que acontecerá no dia 14 de fevereiro, às 13h, no auditório da sede da Associação. Outros encontros estão previstos, neste mês, no Norte (Montes Claros), Leste (Governador Valadares) e Triângulo (Uberlândia).

Entre os principais pontos que serão tratados na assembleia está o eventual aumento na área geográfica de abrangência que atualmente delimita a amplitude da oferta dos benefícios assistenciais eletivos e de urgência e emergência pelo Amagis Saúde. Também está na pauta a adequação da oferta dos benefícios atualmente garantidos por força dos convênios firmados entre a Amagis Saúde e a Caberj e a Cabesp à regulamentação e normatização imposta

Georgia Baçvaroff



**Diretoria da Amagis com juizes do Sul de Minas, em Poços de Caldas**

Tiago Parrela



**Magistrados da Zona da Mata, em Juiz de Fora, com diretores da Amagis**

pela Agência Nacional de Saúde Suplementar. O edital de convocação da assembleia foi publicado no Diário Oficial de Minas, nos dias 15 e 30 de janeiro.

Com a realização da assembleia, a diretoria da Amagis demonstra mais uma vez seu compromisso permanente de qualificar, a cada dia, o

atendimento oferecido aos usuários do Amagis Saúde, bem como, com a transparência e o diálogo. Conforme determina o artigo 30 do estatuto do Ama-

gis Saúde, somente poderão participar da Assembleia Geral Extraordinária os associados que estiverem em dia com suas obrigações. ●